



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

PERGUNTAS FREQUENTES (FAQ)
Sistema de Cotação Eletrônica do Governo do Estado – Gestor

Últimas atualizações: **Novo**

1. O que é a Cotação Eletrônica?

A Sistemática de Cotação Eletrônica é um conjunto de procedimentos para aquisição de bens e serviços comuns de pequeno valor (até 8 mil reais) pelos órgãos e entidades do Governo do Estado, por meio da rede mundial de computadores (Internet).

2. Por que o Governo do Estado decidiu implantar um sistema de cotação eletrônica próprio?

Um sistema de cotação eletrônica próprio apresenta como vantagens: a) integração com os demais sistemas corporativos do Governo do Estado: Cadastro de Fornecedores, Catálogo de Itens e Gestão de Registro de Preços; b) interação com os fornecedores, por meio de avisos sobre publicações, negociações e resultados das cotações eletrônicas; e c) maior eficiência no gerenciamento corporativo das cotações eletrônicas.

3. O meu Órgão/Entidade está obrigado a utilizar o Sistema de Cotação Eletrônica do Governo do Estado?

A utilização do procedimento de cotação eletrônica está prevista no Decreto Estadual nº 28.397/2006:

- *Art.2º - Os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, deverão, obrigatoriamente, utilizar-se da Cotação Eletrônica para as aquisições de bens e serviços comuns de valor não superior a 10% do limite previsto para a modalidade convite de que trata a alínea "a", do inciso II do Art.23 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.*

O Decreto Estadual nº 28.397/2006 atribui, ainda, a competência da Sead (hoje, Seplag) para estabelecer regras e orientações complementares sobre a matéria regulada neste Decreto.

4. O que meu Órgão/Entidade deve comprar por meio do Sistema de Cotação Eletrônica?

Conforme diretriz da Seplag, até final de 2013, somente as aquisições de material de consumo são obrigatórias. A partir de janeiro de 2014, em data a ser divulgada, os órgãos e entidades devem utilizar unicamente o sistema de cotação eletrônica para aquisições de quaisquer bens e serviços comuns de pequeno valor.

5. O que devo informar no campo "Observações Adicionais" ao inserir um item na cotação?

Esse campo é opcional e deve ser preenchido somente se for para melhorar compreensão da descrição do item pelos fornecedores. Por exemplo: produto de marca similar ou equivalente a BIC.

6. Posso utilizar o mesmo número de processo para duas ou mais cotações?

Sim, se a cotação anterior tiver sido cancelada, fracassa ou deserta ou, ainda, se na cotação anterior, mesmo finalizada, houver item ou grupo fracassado ou deserto.

7. No caso de cotação eletrônica desserta ou fracassada, posso adotar em seguida a aquisição pelo preço de referência (pesquisado)?

Não. O decreto nº 28.397/2006 não fala especificamente sobre cotações desertas ou fracassas, apenas, em contratar pelo valor de referencia quando este for menor do que o apresentado na cotação eletrônica. Porém, orientamos que realize pelos menos mais uma tentativa antes de contratar pelo valor cotado em

pesquisa de preço. Essa é a oportunidade de rever o procedimento e corrigir eventuais incongruências no termo de participação e/ou no preço de referência, por exemplo.

8. Quais os formatos de arquivos posso anexar numa cotação eletrônica?

*Podem ser anexados arquivos com extensões .DOC, .ODT, .PDF e .ZIP (no caso de arquivos de outros formatos), porém recomendamos a extensão **.PDF** por ser mais segura e compacta.*

9. Preciso divulgar a cotação eletrônica também no sistema Licitaweb?

Sim. Inclusive, é imprescindível informar o endereço <https://s2gpr.sefaz.ce.gov.br/cotacao-web> no campo "Local de Realização da Licitação", ao divulgar a cotação no Licitaweb. Essa divulgação deixará de ser necessária quando houver a integração com o Sistema Licitaweb, prevista para o segundo semestre de 2014, quando informaremos a mudança a todos os usuários.

10. É possível emitir a Ordem de Compra pelo sistema de cotação eletrônica?

Sim. Ao finalizar a cotação eletrônica, é possível emitir uma Ordem de Compra/Serviço para cada fornecedor com itens vencidos.

11. O sistema de cotação eletrônica é integrado com o SIGA (Sistema de Gestão Integrada de Almoxarifado)?

Não. A integração com o SIGA está prevista o segundo semestre de 2014, quando informaremos a mudança a todos os usuários.

12. Quais relatórios posso imprimir ao final da cotação eletrônica?

O sistema permite a impressão de 3 relatórios: Relatório de Conclusão, Ordem de Compra/Serviço e Relatório Ata da Cotação, que estarão disponíveis após o usuário "Gerar Ata da Cotação";

13. Posso cancelar uma cotação eletrônica?

Sim. É possível cancelar uma cotação de forma indireta, ou seja, cancelando item por item, de forma justificada, na fase de recebimento de propostas. Antes disso, é possível excluir uma cotação na fase de publicada.

14. Posso reclassificar uma proposta que tenha sido desclassificada?

Sim, desde que a cotação e o item ou grupo estejam na fase "Em Negociação". Para isso, clique em "Reclassificar Proposta". Observe que essa ação ficará registrada na ata da cotação.

15. Por quanto tempo as minhas cotações devem ficar disponíveis para recebimento de propostas?

A legislação prevê o prazo mínimo de 24 horas. Porém, dependendo do objeto da cotação e do mercado, é aconselhável estender esse prazo para evitar cotações desertas.

16. O que é necessário para um órgão/entidade ser habilitado como Promotor de Cotação Eletrônica no Sistema?

É necessário ter pelo menos um servidor (de carreira ou comissionado) designado por portaria e cadastrado como usuário no sistema Corporativo do S2GPR com atribuição pública de "Gestor de Compras".

17. O Apoio da Cotação Eletrônica tem as mesmas permissões do Gestor de Compras no Sistema?

Não. O usuário com o perfil "Gestor de Compras" pode realizar quaisquer ações no sistema. Por sua vez, o usuário com perfil "Apoio Cotação Eletrônica" somente não poderá declarar vencedor.

18. O que eu devo fazer se não encontrar algum item para inserir na minha cotação?

Você deve solicitar a inclusão desse item no Catálogo de Bens, Materiais e Serviços por meio do SIGA ou, se não houver, por meio do contatos:

- **Aquisição de itens da categoria Saúde:** paulo.silva@saude.ce.gov.br - fone: (85) 3101.5163 e silveria.santana@saude.ce.gov.br - fone: (85) 3101.5159;
- **Aquisição de itens das demais Categoriais:** maria.negreiros@seplag.ce.gov.br - fone: (85) 3101.3831.

19. Posso fazer cotações eletrônicas por Grupo de Itens?

Sim, porém com cautela. A recomendação dos órgãos de controle (TCU, TCE, CGE) é que as aquisições sejam realizadas por itens, para permitir maior participação de interessados. Por isso, a cotação por grupo deve ser justificada no sistema. Algumas razões para agrupar itens: peças complementares, pequenos valores, padronização (impressos, por exemplo), necessidade de entrega concomitante etc.

20. Posso alterar a situação "Declarado Vencedor" se o fornecedor não entregar o bem ou prestar o serviço? Novo

Sim. No caso de não cumprimento da obrigação pelo fornecedor é possível retornar a situação do item ou grupo para "Em Negociação". Porém, essa ação ficará registrada na ata da cotação e não exime o gestor de compras de apurar a responsabilidade pela conduta do fornecedor. Por isso, é aconselhável entrar em contato com o fornecedor antes de declará-lo Vencedor.

21. Por que os valores são apresentados com 4 casas decimais?

As 4 casas decimais são necessárias por que alguns materiais são adquiridos de forma fracionada, como é caso de alguns medicamentos, gases medicinais etc.

22. Quais informações referentes às minhas cotações eletrônicas são de acesso público?

Todas as informações e ações ocorridas a partir da publicação da cotação eletrônica ficam registradas no sistema e, ao final, na Ata da Cotação para acesso público, inclusive pelos órgãos de controle (TCE, CGE etc).

23. Quais são os documentos que devem compor o processo administrativo da cotação eletrônica?

Novo

O processo administrativo da cotação eletrônica deve conter pelo menos:

1. Termo de Participação da cotação eletrônica;
2. Relatório de cadastramento no sistema de cotação eletrônica;
3. Certidão de cadastramento no licitaweb (site da seplag);
4. Certificado de Registro Cadastral (CRC);
5. Ata da realização da cotação eletrônica;
6. Relatório da conclusão da cotação eletrônica;
7. Ordem de Compra/Serviço;
8. Nota de Empenho e
9. Comprovação de pagamento ao fornecedor.

24. O sistema alerta sobre o valor das aquisições de modo a evitar o fracionamento de despesa?

Novo

Sim. Na tela inicial do sistema é apresentado o acumulado das aquisições no ano por item de despesa (tipo de aquisição) para os itens/grupos declarados vencedores e, ainda, alerta sobre o limite de 8 mil reais



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão

durante o cadastramento das cotações. É importante ressaltar que a responsabilidade pelas aquisições acima desse valor é do gestor de compras do órgão promotor da cotação.

25. É possível a interposição de recurso por parte de fornecedores participantes da cotação eletrônica?

Não. Conforme o decreto nº 28.397/2006, o procedimento de cotação eletrônica não admite a apresentação de recursos por parte dos participantes;

26. Existe uma área específica no Portal de Compras com informações sobre a Sistemática de Cotação Eletrônica?

Sim. As informações sobre a sistemática de cotação eletrônica e o acesso ao sistema estão disponíveis na página <http://www.portalcompras.ce.gov.br/categoria3>